

A HISTÓRIA ORAL E OS SEUS USOS NOS ESTUDOS DA PROFISSÃO DOCENTE

Patrícia Karla Soares Santos Dorotéo¹

Resumo: O presente artigo aponta como temática a História Oral nos estudos da docência, buscando, a partir da literatura sobre o tema, traçar um breve panorama acerca de seus fundamentos, suas fragilidades e sua aplicação no campo da educação. O artigo busca ainda uma breve distinção entre os campos da História e da memória, a fim de melhor elucidar suas relações, de acordo com os apontamentos de Nora (1993), Barros (2009), entre outros. Aponta os principais desafios teórico-metodológicos da pesquisa que utiliza a oralidade, passando pelo caráter subjetivo que envolve os processos de transcrição das entrevistas e a utilização da memória. Entre as suas potencialidades, considera que as investigações a partir das memórias, revisitadas pela História Oral, podem problematizar temas/objetos da educação não contemplados em outras fontes, permitindo inúmeras possibilidades de pesquisas ao dar voz aos sujeitos ativos nesse processo, evidenciando uma série de fatos relativos à trajetória dos processos educacionais que permitem uma maior compreensão da complexidade da profissão docente, na atualidade.

Palavras-chave: História Oral. Docência. Metodologia da pesquisa.

ORAL HISTORY AND ITS USE IN STUDIES OF THE TEACHING CAREER

Abstract: The article focuses on Oral History in the teaching studies, searching the literature from the subject, define briefly its foundations, its weaknesses and its application in educational research. The article seeks to briefly distinction between history and memory, in order to better clarify their relationships. Highlights the main theoretical and methodological challenges of research using orality, through the subjective nature involving the processes of transcription of the interviews and memory usage. Among its capabilities, considers that the investigations from the memories, revisited by the Oral History, can discuss issues / educational objects not covered elsewhere, allowing numerous opportunities for research, to give voice to active subjects in the process. From this perspective, reveals a number of facts concerning the history of educational processes that enable a greater understanding of the complexity of the teaching profession today.

Keywords: Oral History. Teaching. Research methodology.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, pretende-se percorrer a bibliografia sobre o tema, buscando traçar um breve panorama sobre a História Oral, seus fundamentos, suas fragilidades e seus dilemas, para, também em consonância com a bibliografia, delimitar as

¹ Doutoranda em Educação FAE/UFMG. Professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas da UEMG – Unidade Ibirité.

potencialidades do uso dessa pesquisa historiográfica no campo da pesquisa educacional, especificamente naquela dedicada à profissão docente.

Parte-se de uma concepção de História que entende a importância das variadas fontes para a construção da narrativa historiográfica. De forma que, entender o cenário educacional contemporâneo e os desafios colocados à profissão docente na atualidade demanda visitar o passado, compreender processos históricos, traçar trajetórias. Exercício possível por meio da utilização de diferentes metodologias, materiais e objetos, sendo o uso da memória, acionado pela História Oral, mais um desses elementos que corroboram com o intento de compreender a complexidade de tal cenário.

No que concerne ao fazer historiográfico, pode-se dizer que nas últimas décadas viu-se a emergência de uma História Cultural, o que em grande parte se deve a aproximação da História com outras áreas do conhecimento, marcadamente a Antropologia e a Sociologia. A emergência dessa História Cultural está associada ao advento da escola dos *Annales*, que trouxe em sua essência a crítica a uma História estritamente embasada em personagens / eventos políticos, ampliando os olhares para os estudos do cotidiano, da história das minorias, entre outros, alargando as fronteiras do conhecimento histórico, assim como multiplicando os objetos e problemas de pesquisa.

Sobre esse contexto de influências, Barros (2009, p. 61) elucida,

No século XX, os *Annales* e novos marxismos acionaram um processo de expansão de fontes e objetos de estudo que mais tarde permitirá um resgate maior das relações entre História e relatos produzidos pela Memória. Para captar as pessoas comuns, e não apenas os grandes indivíduos, e também as diversas dimensões da sociedade para além da Política (a Cultura, a Economia, as Mentalidades, etc.) estimula-se uma diversificação de fontes, que nas últimas décadas do século XX (particularmente a partir dos anos 1980) vão atingir também os relatos produzidos por Memórias, o que irá ocasionar o surgimento de um novo setor historiográfico: a História Oral. Essa também é reforçada pela nova ênfase na pessoa comum, nos indivíduos que habitualmente estão excluídos, enquanto singularidades, dos documentos escritos oficiais, dos jornais, das crônicas.

Nessa perspectiva, há o destaque para indícios até então silenciados ou não percebidos pela História tradicional, cujo conceito de verdade histórica se encerrava no documento escrito e na objetividade do historiador. Vê-se então, a construção historiográfica a partir de fontes diversas, tais como, as imagens, a literatura, vestígios variados, e, o que se destaca para o interesse desse artigo, os relatos orais. Esse movimento vem acompanhado de um fazer teórico-metodológico da História que procura não naturalizar as fontes, buscando compreender que os documentos, sejam eles

iconográficos, orais ou escritos, “(...) não expressam um significado central, coerente, comunal, não são transparentes nem inocentes, foram produzidos segundo determinados interesses e estratégias, assim como implicam uma desigualdade na sua apropriação.” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 419).

Nessa tônica, é possível deixar suspenso o estatuto de verdade dos documentos escritos e abrir espaço para uma História narrada a partir dos relatos orais, cujas memórias – plurais, incoerentes, movediças, indomáveis – evidenciam as diversas experiências vividas e as interpelações discursivas individuais e coletivas.

É a partir dessa concepção que estabelece o lugar da História Oral como uma das possibilidades da pesquisa histórica, que esse artigo procura evidenciar seus fundamentos, fragilidades, dilemas e potencialidades quando aplicadas aos estudos da educação e da profissão docente.

RELAÇÕES: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Traçar os fundamentos da História Oral implica, necessariamente, em entender, ainda que de maneira breve, a relação entre memória e História, dado que a memória pode ser entendida como a “matéria bruta” na qual se alimenta a História Oral.

É necessário considerar que entre memória e História existem distinções e espaços de saber diferenciados, como atenta Barros (2009). Em outras palavras, pode-se afirmar que “Memória e história, à exceção do passado como elemento comum, operam diferentemente, embora estejam imbricadas e mantenham íntimas relações.” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 417). Nesse sentido, evidencia-se que apesar de uma ligação intrínseca, os dois campos demandam uma caracterização específica, a fim de que se delimitem as contribuições de cada área.

Para definição da memória, deve-se considerar como implícita a dialética da lembrança e do esquecimento (NORA, 1993; BARROS, 2009). Nos dizeres de Todorov “A memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos contrastantes são o apagamento (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação entre os dois.” (TODOROV *apud* BARROS, 2009, p. 66). Por essa definição, admite-se que a memória está em permanente mutação, suscetível de longos ocultamentos e repentinas revitalizações, fato que permite dizer que ela é viva, dinâmica e criativa, não podendo ser considerada um espaço inerte, pronto e acabado. O

que se lembra e o que se esquece configuram as memórias individuais e coletivas, em diversos tempos e espaços.

A História, por sua vez, “parece nascer da Memória”, como afirma Barros (2009), com base na escrita histórica de Heródoto que objetivava o não esquecimento das façanhas de gregos e bárbaros. Todavia, a História é uma operação intelectual, demanda análise e discurso crítico (NORA, 1993). Pode-se ainda dizer que por História, considera-se,

(...) um campo de produção de conhecimentos, que se nutre de teorias explicativas e de fontes, pistas, indícios, vestígios que auxiliam a compreender as ações humanas no tempo e no espaço (...) uma vez que o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado e não sua cópia. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 417)

A memória é um dos indícios a que se serve o historiador para reconstruir a narrativa historiográfica, produzindo interpretações do passado, daquilo que foi vivido e experimentado pelos indivíduos, considerando o que lembram e o esquecem em um só tempo.

Na busca por definir uma distinção entre memória e história, Barros (2009) se apoia em Halbwachs e em seus estudos sobre a Memória Coletiva, e aponta que, para o autor, um primeiro traço distintivo está no caráter de “continuidade” de toda memória, ao passo que a historiografia se envolve com a “descontinuidade”. Nessa perspectiva, assim como a memória se constitui pelos elos do passado na sociedade, o que fica, o que continua, a História se envolve com rupturas, mudanças. Fator que, para Halbwachs, estabelece uma tensão entre historiografia e memória.

Dentro de uma perspectiva de História que tendia ao positivismo, Halbwachs admitia que a princípio, existiria apenas uma única História, enquanto as memórias coletivas são múltiplas. Barros (2009) evidencia que esse segundo traço de distinção entre memória e História foi aplicado em momento anterior à eclosão das historiografias plurais, que passou a considerar a narrativa histórica de diversos grupos. Nesse sentido, fator que diferenciava memória e história – numa perspectiva historicista de pensar uma história efetiva e única – pode ser entendida na atualidade como um fator que aproxima as duas áreas, a historiografia hoje se vê as voltas com múltiplas histórias e múltiplas memórias.

Ao apontar as possibilidades da memória como fonte histórica, Stephanou e Bastos (2005) propõem uma ruptura com a hierarquização dos documentos, considerando que

muitas pesquisas que se utilizam da memória, especialmente através da História Oral, o fazem em complementação à fonte escrita, buscando “preencher lacunas”, sem alcançar as efetivas potencialidades dos usos da memória.

Nessa perspectiva, Fonseca (2003) considera, junto a Portelli, que é importante que o historiador não perceba a memória como um depósito passivo de fatos, e sim como um território ativo de criação de significações. Nesse cenário, o foco de interesse está nas significações atribuídas pelo narrador – passíveis de mudança em cada temporalidade – em sua subjetividade. Segundo Portelli,

(...) a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa, não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar formas às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. (...) as fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. (PORTELLI *apud* FONSECA, 2003, p. 36).

Vale considerar que a memória, como principal fonte dos depoimentos orais, na perspectiva de Delgado (2006), mostra-se um cabedal infinito, no qual diversos elementos, sejam eles temporais, topográficos, individuais, coletivos, dialogam entre si. Nesse diálogo, lembranças são reveladas, ora de forma explícita, ora de forma velada, “chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida.” (DELGADO, 2006, p. 16)

Esse caráter impreciso, fluido da memória, mostra-se campo fértil para os estudos da História, que não tem a pretensão de estabelecer fatos tais como aconteceram, numa perspectiva historicista. Para esses estudos, Barros (2009, p. 60) evidencia,

É muitas vezes na imprecisão, na fluidez e nos lugares de distorção e manipulação que se instalam algumas das mais expressivas e reveladoras práticas discursivas, trazendo a nu os seus entreditos e interditos, os silêncios reveladores, os padrões de representações, as resignificações dos eventos. Com a possibilidade de tratar a Memória como um aspecto a ser problematizado e atravessado por novos questionamentos, e não como mera instância capaz de fornecer informações sobre este ou aquele processo, surgiram as condições e possibilidades para uma nova e importante modalidade da História: a História Oral.

Pode-se então admitir que a História Oral busca congrega memória e História, evidenciando que o caráter subjetivo da memória, individual ou coletiva, possibilita o surgimento de elementos passíveis de serem problematizados pela História.

HISTÓRIA ORAL: FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES

Ferreira (1998) considera que a História Oral, desde seu surgimento nos anos 1950, desenvolveu-se de forma significativa nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, onde se verificou a realização de encontros internacionais, com uma pequena participação de pesquisadores da Ásia, da África e da América Latina. Entre europeus e norte-americanos, a História Oral enraizou-se não apenas no meio acadêmico, mas principalmente no seio dos movimentos sociais, dado seu compromisso inicial, "dar voz aos excluídos e marginalizados".

Os chamados países em desenvolvimento – os quais se situam em grande medida entre Ásia, África e América Latina – caracterizam-se exatamente pela exclusão das suas grandes massas trabalhadoras, segundo Ferreira (1998), sendo, portanto, um campo privilegiado para o desenvolvimento dessa História Oral dos excluídos. No entanto, a adesão à História Oral nos meios científicos nessas regiões foi mais tardia, construída a partir de um processo lento e descontínuo.

Segundo Ferreira (1998), as primeiras experiências sistemáticas no campo da História Oral no Brasil datam de 1975, a partir de cursos ministrados por especialistas norte-americanos e mexicanos, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, sob patrocínio da Fundação Ford. Esses cursos destinavam-se a um público de professores e pesquisadores de história e ciências sociais, oriundos de diferentes instituições. Sobre esses cursos,

Pretendia-se difundir o uso da metodologia de maneira a implantar programas de história oral em diferentes universidades e centros de pesquisa por todo o país, privilegiando a investigação de temas de interesse local. Pretendia-se também estabelecer canais regulares de intercâmbio entre esses pesquisadores através da criação de uma associação de história oral. (FERREIRA, 1998, p. 2)

Concomitante a esse contexto de lenta inserção da História Oral nos estudos brasileiros, Fonseca (2003) evidencia que nas últimas décadas do século XX a profissão docente passou por mudanças acentuadas, tendo um consecutivo aumento de demandas para esses profissionais. Nesse cenário, os docentes passam a figurar como personagens centrais nos estudos históricos, de modo que estudos sobre a história de vida de

professores começam a emergir a nível internacional. Vê-se então um uso concreto da memória como objeto de estudo, captada por meio da oralidade e aplicada aos estudos da profissão docente na esfera internacional. Com o paulatino crescimento da História Oral no Brasil, tal tendência passou a também se aplicar nas pesquisas nacionais.

Entre os trabalhos de destaque na esfera internacional, Fonseca (2003) cita os do inglês Ivor Goodson que pretendiam resgatar as práticas pedagógicas docentes em consonância com a história de vida dos professores, o que, segundo o autor, tornava-se essencial para a análise do desenvolvimento curricular. De acordo com Goodson, as vivências dos professores,

podem ajudar-nos a ver o indivíduo em relação com a História do seu tempo, permitindo-nos encarar a intersecção (*sic*) da história da vida com a história da sociedade, esclarecendo, assim, escolhas, contingências e opções com que se depara o indivíduo ... Isto reconceptualizaria (*sic*) os nossos estudos sobre escolaridade e currículo. (GOODSON *apud* FONSECA, 2003, p. 31)

Fonseca (2003) identifica entre as pesquisas que utilizam a oralidade três tendências recorrentes: a História Oral temática, a tradição oral e a História Oral de vida. Como o título anuncia, a História Oral temática procurar reunir depoimentos e entrevistas que esclarecem determinadas temáticas. Nesse caso, o enfoque das entrevistas não está na totalidade da vida das pessoas, mas sim nos aspectos da vivência relacionados à temática, que permitem reconstituir fatos, eventos ou problemáticas do passado.

Sobre a História Oral temática, Delgado (2006, p. 22) complementa, “são entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados”. Na perspectiva da autora, as entrevistas temáticas podem constituir-se como desdobramentos dos depoimentos de História de vida ou estarem vinculadas a um projeto de pesquisa com tema delimitado.

Aplicada aos estudos da profissão docente, a História Oral temática possibilita investigar uma série de temas / problemas de pesquisa que necessitam dar voz aos sujeitos envolvidos com os processos da docência para serem elucidados.

Nos estudos embasados na tradição oral, o que ganha destaque são os grupos, em detrimento do indivíduo em si, de maneira que é objeto de interesse aquilo que o coletivo considera importante para o funcionamento e a existência de determinada sociedade. Nesse contexto, o conjunto de tradições transmitidas pela memória oral, mitos, festas, ritos, hábitos, etc. compõem o foco do historiador. (FONSECA, 2003).

Na terceira perspectiva, a História Oral de vida pretende dar relevância às vivências e às representações individuais. “Neste caso, as narrativas orais não são apenas fontes de informações para o esclarecimento de problemas do passado, ou um recurso para preencher lacunas da documentação escrita.” (FONSECA, 2003, p. 39). Com esse enfoque, o que se pretende é que as trajetórias dos indivíduos sejam lembradas, reconstruídas e registradas a partir do encontro entre pesquisador e narrador, constituindo uma possibilidade de transmissão de experiências por meio das narrativas. Segundo Fonseca (2003, p. 40),

Pela história de vida, um mundo de vivências, de contradições e de projetos que não vingaram pode chegar até nós, não como realmente existiu, mas como foi experienciado e como, hoje, é visto retrospectivamente. Aqui, não interessa a noção de comprovação ou de objetividade dos fatos e, sim, de significação e representação.

Delgado (2006) define a História Oral como um procedimento metodológico que pretende registrar testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas dimensões factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Para tanto, constrói fonte e documentos através de narrativas induzidas e estimuladas.

Portanto, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades. (DELGADO, 2006, p. 16)

Nessa relação, passado e presente, se coloca um dos muitos desafios da História Oral, dado que em um mesmo depoimento ou entrevista “fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente” (DELGADO, 2006, p. 18). Dialogam experiências e lembranças repassadas ao indivíduo, filtradas por ele mesmo, de acordo com as influências do presente. Tem-se a narrativa de outro tempo, na qual são registrados sentimentos, testemunhos, visões, interpretações, em que permeiam emoções do passado, ressignificadas ou renovadas pelas emoções do presente.

Teixeira e Praxedes (2006), ainda que considerem que tais caracterizações sejam insuficientes na busca por apreender as suas múltiplas dimensões, situam a História Oral em diferentes facetas: como metodologia, como fonte, como técnica.

Na condição de metodologia, Teixeira e Praxedes (2006) consideram o conjunto de princípios teórico-epistemológicos que fundamentam e norteiam a elaboração da pesquisa

que utiliza História Oral. Insere-a nos chamados estudos qualitativos, que permitem trazer como pressuposto o fato de o sujeito de pesquisa ser um ator social e um ser de memória, de cultura e de História. “São sujeitos de reflexividade, que interpretam, que significam, ressignificam e dão sentido ao mundo, às suas vidas e às suas experiências”. (TEIXEIRA; PRAXEDES, 2006, p. 156). O ato de narrar, permite que esses sujeitos elaborem conhecimentos próprios, interpretações e sistemas de significações, que ora podem revelar, ora podem esconder ou dissimular questões, resultado de interesses, conveniências e contextos diversos.

Ao definir a História Oral como metodologia, Delgado (2006) também a inscreve naquelas denominadas qualitativas, nas quais se considera a singularidade do método e a não compatibilidade com generalizações. As fontes orais são constituídas por visões particulares de processos coletivos e, segundo a autora, ao se dedicar a recolha desses depoimentos individuais sobre processos históricos e sociais, apresentam-se diversas potencialidades metodológicas e cognitivas.

Teixeira e Praxedes (2006) consideram a História Oral como fonte histórica, na medida em que o material produzido, seja ele áudio ou vídeo, seguidos de suas respectivas transcrições, se transforma em documentos, possibilitando a realização de pesquisas diversas.

Uma fonte “fabricada” pelo próprio pesquisador, um documento que ele/ela “produziu”, diferentemente de outros documentos “produzidos” em outras épocas ou de fontes já existentes, em que os/as pesquisadores/as levantam, identificam, contextualizam, classificam, para utilização e análise. (TEIXEIRA; PRAXEDES, 2006, p.157)

Ao definir a História Oral como técnica, Teixeira e Praxedes (2006, p. 157) evidenciam que “ela propõe um conjunto de estratégias para o trabalho investigativo, sempre centrado na oralidade e nas variadas formas de se aprendê-la e de registrá-la”. Dentre essas estratégias, destacam-se nas abordagens aos sujeitos de pesquisa as entrevistas livres ou semi-estruturadas, gravadas e/ou filmadas, todas elas envolvendo processos de preparação e realização das entrevistas, transcrição, interpretação e análise, além do que se refere à classificação e catalogação, arquivamento e conservação, e sua restituição à sociedade.

Delgado (2006) ao tratar da dinâmica das entrevistas de História Oral faz algumas considerações que passam pela habilidade do entrevistador, tanto no primeiro contato

quanto ao longo das entrevistas e depoimentos. Tal habilidade requer respeito ao depoente, sua personalidade, o lugar e o tempo das entrevistas; neutralidade do entrevistador; flexibilidade para rever roteiros, evitar assuntos, acrescentar questões, de acordo com a dinâmica das entrevistas.

Nesse sentido, seguem as considerações de Fonseca (2003) acerca do trabalho com História Oral de vida de professores,

A realização de entrevistas foi sempre encarada como um trabalho aberto e sujeito a mudanças. O desenrolar de cada entrevista é de uma complexidade indescritível. O desafio da interação entre narrador e ouvinte é de transformá-lo numa obra de arte, como aponta Benjamin, exige muito do pesquisador de história oral. Assim, tentei conduzir o trabalho de campo com sensibilidade e delicadeza. Com profundo respeito e curiosidade pelo narrado, expressava meu carinho e minha confiança por meio de meus gestos, olhares e atitudes. (FONSECA, 2003, p. 52)

Na mesma tônica, conclui Delgado,

Deve-se, portanto, buscar criar uma relação de confiança, que possa contribuir para o sucesso da entrevista. É preciso saber silenciar, ouvir, estimular lembranças, repetir em voz alta perguntas que não foram entendidas, não falar ao mesmo tempo que o depoente e repetir perguntas delicadas e importantes de diferentes maneiras. (DELGADO, 2006, p. 28)

Fonseca (2003) e Delgado (2006) também destacam o processo de transcrição das entrevistas como de fundamental importância para os trabalhos com a oralidade. Ainda que Fonseca (2003) anuncie uma multiplicidade de alternativas metodológicas para o trato das transcrições, ambas as autoras indicam o processo no qual se busca reproduzir com fidelidade tudo o que foi falado, sem cortes ou acréscimos, tentando registrar com a máxima precisão o que foi dito no encontro. Sobre essa etapa, Fonseca evidencia,

É o momento de reviver a experiência, de aprofundar-se no conhecimento do outro, de captar e sentir as suas (do narrador) e as minhas (do entrevistador) angústias, certezas, inseguranças nos detalhes de entonação de voz, de reticências, silêncios, nas construções e desconstruções de frases, repetições e negações. (FONSECA, 2003, p. 53)

Para completar o trabalho de transcrição, faz-se necessário o aval do entrevistado sobre o texto transcrito, podendo, inclusive, o entrevistador recorrer ao entrevistado para conferir informações, solucionar dúvidas, checar erros. Também pode acontecer o trabalho de textualização, na busca por dar fluidez ao texto final e extirpar possíveis vícios de linguagem do depoente.

Aceves Lozano (2006) complementa essa discussão ao considerar a História Oral

como um método que vai além da simples técnica da depuração da entrevista gravada, da formação dos arquivos orais e do roteiro detalhado de transcrição da oralidade. Para o autor a História Oral,

(...) é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas* de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão e versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais. (ACEVES LOUZANO, 2006, p. 16)

Ainda que vista sob diversas perspectivas, destaca-se nas formas de fundamentar e entender a História Oral a consideração sobre o âmbito subjetivo da experiência humana como material bruto, fator que fomenta e traz singularidade a essa vertente da pesquisa histórica, ao mesmo tempo em que potencializa os seus maiores desafios teórico-metodológicos.

DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA HISTÓRIA ORAL

Aceves Louzano (2006) aponta certo menosprezo à História Oral por parte de historiadores seguidores de uma tradição clássica do historicismo e daqueles pesquisadores que seguem uma linha quantitativa e objetivista, que subsiste nas ciências sociais em geral. Para o autor, tais pesquisadores facilmente rotulariam a História Oral como método historiográfico de “segunda classe”, dado que a fonte utilizada – oralidade vertida em depoimentos, relatos e histórias de vida, narrações, recordações, memórias e esquecimentos – são elementos subjetivos e, para os objetivistas, de difícil manejo científico.

A essa tradição de pesquisa, quantitativa e objetiva, o caráter indisciplinar da História Oral também se apresenta como um desafio posto, dado que, muitas vezes, essa forma de fazer ciência mostra-se rígida em relação à compartimentação do conhecimento.

É também o caráter subjetivo o que aponta Delgado (2006) como um dos maiores motivos de críticas apresentadas à História Oral. A autora destaca que tal subjetividade está

posta tanto nos depoimentos em si, quanto na sua interpretação, dado que é possível uma

influência do transcritor, ainda que involuntária, no conteúdo do documento escrito. Além disso, a História Oral opera junto à memória, que passa por influências múltiplas, inclusive da conjuntura vigente que possibilita alterações de visões sobre o mesmo fato ou processo no transcurso do tempo.

Barros (2009, p. 60) evidencia que o desenvolvimento da História Oral traz intrínseca a reflexão sobre “até que ponto o entrevistador não estrutura ou motiva as respostas dos entrevistados em uma determinada direção”. Além da seleção e condução da entrevista pelo entrevistador, considera a existência de diversos problemas em relação à passagem do registro oral para o escrito, de uma língua para outra. Todavia, Barros (2009) afirma que tais limites não tem impedido que na contemporaneidade a História Oral prossiga superando obstáculos e confrontando seus críticos, dado que,

o caráter menos preciso da Memória Individual deixou mesmo de ser um problema maior e passou à possibilidade de ser elaborado até mesmo como uma riqueza epistemológica pelos historiadores que trabalham de acordo com a perspectiva de uma História-Problema. (BARROS, 2009, p. 60).

Sobre esse caráter menos preciso da memória, e de seus usos na História Oral, Teixeira e Praxedes (2006, p. 159) consideram,

Diferentemente de outras matrizes de pesquisa, que veem a subjetividade como um fator nocivo à pesquisa, a ser não somente controlado, mas banido da investigação social, a História Oral considera a subjetividade um elemento precioso, que compõe a vida, uma dimensão do humano a ser interrogada, a ser compreendida.

Delgado (2006) ainda aponta como desafio o fato de a História Oral inserir-se nos limites e perspectivas da pesquisa histórica do tempo presente. “Tempo esse ainda envolto por emoções recentes, traduzidas de maneira muito marcante nas falas, nas omissões, nos silêncios e nos lapsos de cada depoente” (DELGADO, 2006, p. 30). Nesse tipo de pesquisa, o afastamento temporal que permite ao historiador a possibilidade de visualizar o fato / processo histórico e sua duração está suprimido, o que tende a dificultar o procedimento de análise de dados.

Sobre tal fato, Delgado (2006) aponta o fascínio que a memória, capturada pela História Oral, tende a exercer nos pesquisadores, de modo que se mostra necessário adotar certos cuidados para que o pesquisador não se torne refém do depoimento recolhido, trazendo prejuízos a sua capacidade analítica. O conhecimento crítico só é produzido a partir do momento em que o depoimento, que pode ser fascinante e instigante, é objeto de análise e interpretação.

No mesmo sentido, Stephanou e Bastos (2005) atentam ao perigo da reificação da memória, que tende a transformá-la em objeto, tal como um conjunto de documentos arquivados no íntimo do sujeito depoente.

A memória não segue o modelo textual, linear. Não basta, portanto, colhê-la e reproduzi-la em extensas citações para que efetivamente tenhamos elaborado um conhecimento em História da Educação. Impõe-se trazê-la, rica e estranha, composta de reminiscências e esquecimentos, pérolas e corais, para compor “fragmentos de pensamento”, narrativa do tempo passado e presente. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 423).

Fonseca (2003) complementa essa discussão ao anunciar a necessidade de critérios claros de reflexão quando a História Oral pretende produzir narrativas que fujam da produção de relatos factuais e cronológicos, rígidos e padronizados. Assim como quando pretende captar e respeitar um conjunto de narradores heterogêneos em classe, gênero, religião, formação, etc., deixando de lado um uso inocente e romântico dos depoimentos.

Para além de limitadores, os desafios apontados não desmerecem ou desqualificam as potencialidades informativas e interpretativas do trabalho com História Oral. Como indica Delgado (2006, p. 20),

o fato de a história oral possibilitar o registro da narrativa e dos sentimentos do homem comum – que pode, em decorrência, reconhecer-se como sujeito integrante do movimento da História – é por si mesmo um estímulo inquestionável, que tende a mobilizar pesquisadores.

A HISTÓRIA ORAL NOS ESTUDOS DA PROFISSÃO DOCENTE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pensar as potencialidades do uso da História Oral no campo da educação, especificamente nos estudos da profissão docente, associa-se de imediato às expectativas apontadas pelo próprio uso da oralidade em pesquisas.

Grosso modo, podem-se destacar, junto a Delgado (2006), algumas das expectativas das pesquisas que utilizam a oralidade: a abertura de novos campos e temas de pesquisa; novas hipóteses e versões sobre processos já conhecidos; a recuperação de memórias diversas; a recuperação de informações não registradas em outros documentos ou não disponíveis para a sociedade em outras fontes; registro de versões de personagens

não contemplados pela história oficial, produzindo, desse modo, versões alternativas; alternativa ao documento escrito; entre outras possibilidades que evidenciam os múltiplos usos da História Oral.

As potencialidades elencadas acima abrem um universo de possibilidades quando aplicadas ao processo histórico de constituição da profissão docente. A pesquisa histórica evidencia uma série de fatos relativos à trajetória dos processos educacionais que permitem uma maior compreensão da complexidade da profissão docente na atualidade. Junto às pesquisas educacionais, possibilita uma análise desses fatos que precisam ser compreendidos para além da mera descrição da inserção dos sujeitos professores nas instituições, dos seus objetos de uso, de um papel coadjuvante perante as políticas educacionais.

Considerar que as investigações a partir das memórias, revisitadas pela História Oral, podem problematizar temas/objetos da educação não contemplados em outras fontes, em especial, nos documentos escritos, utilizados sobremaneira nas investigações da História da Educação, permite inúmeras possibilidades de pesquisas. É o caso, por exemplo, do estudo do que Stephanou e Bastos (2005) chamaram de “internalidade” das escolas, que permitem mergulhar no modo como o cotidiano é vivenciado por alunos e professores. Tema ausente em relatórios escolares, em currículos oficiais, pois está ligado a tabus, interdições, questionamentos às autoridades, transgressões anônimas, à complexidade do vivido. Nesse sentido,

Há um âmbito de questões sobre currículo, processos educativos, dispositivos escolares, letramento, instituições educativas, dentre outros muitos, que enriquecem substantivamente as pesquisas históricas que tomam por objeto fenômenos/materialidade/processos educacionais. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 422).

Também considerando o potencial expresso na História Oral de interessar-se pelo que está ausente, ou mesmo esquecido nas fontes oficiais, destaca-se o fato dela trabalhar com o indivíduo, com o sujeito, permitindo, inclusive, localizar o docente como protagonista da narrativa sobre sua profissão, uma vez que “ela reúne, reconhece e legitima como conhecimento, interpretações e discursos outros, de outros sujeitos e lugares, à procura de sistemas de significação e de leituras diversos, plurais” (TEIXEIRA; PRAXEDES, 2006, p. 158).

A História Oral se interessa pelas diversas formas de oralidade presentes nas

práticas culturais cotidianas, permitindo trazer à tona não apenas os excluídos da História, mas os mais variados tempos e territórios da experiência humana. Nesse ponto é profícua para o entendimento do cenário educacional; para o desvelamento das tensas relações cotidianas das escolas; das múltiplas interpretações, significados e identidades ali presentes; pela constituição da docência pelo prisma de quem a vivencia; não se configurando, necessariamente, como um estudo do tempo passado, mas também do tempo presente, do que é contemporâneo.

É também pensando no que não está presente nos relatórios, documentos, fontes que dizem respeito à escola, que se destaca a pesquisa histórica cuja oralidade é o preponderante, uma vez que seu objeto tende a ser “elementos da história que não aparecem nos documentos vindos de outras fontes que não a da oralidade, que só podem vir à tona pelos fios da memória de seus protagonistas, de suas testemunhas e de seus contemporâneos”. (TEIXEIRA; PRAXEDES, 2006, p. 162).

Nesse sentido, evidencia-se que “O que os sujeitos das memórias da educação pensam de suas vivências presentes, o que fazem, como veem a si mesmo e o mundo, é disso que extraem suas memórias.” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 420). Reside nessas memórias aquilo não alcançado pelo documento escrito, pelas versões oficiais, entre elas, aspectos da profissão docente e da cultura escolar que revelam uma diversidade de sentimentos, próprios das relações humanas.

Tendo como perspectiva tais dimensões, Fonseca (2003) procurou evidenciar por meio da História Oral de vida as experiências pessoais e educacionais de professores que atuaram em vários níveis de ensino com a disciplina História, no sistema educacional brasileiro, desde meados do século XX. A autora procurou analisar as narrativas de diferentes gerações de professores, focando as diversas mudanças ocorridas nos processos de aquisição e transmissão de conhecimento histórico, de formação e constituição da carreira docente, no modo de ensinar, na prática docente dos narradores no interior das mudanças sociais em que estavam inseridos e que traziam implicações específicas para a educação brasileira, em diversos momentos históricos.

No trabalho de Fonseca (2003), se destacam elementos da história da educação que só poderiam vir à tona por meio das memórias dos sujeitos envolvidos. O conteúdo das narrativas revelam inúmeras mudanças pelas quais passou a profissão docente, em especial, na segunda década do século XX. Entre as contribuições da História Oral está o fato de trazer à tona tais mudanças, largamente estudadas pela História da Educação, pelo

prisma daqueles que estavam inseridos no processo em si, atribuindo a ele novos significados em suas narrativas.

Além disso, Fonseca (2003) também pretendeu fazer uma reflexão sobre os sentidos e significados que os professores dão a seu próprio trabalho, assim como veem à relação vida pessoal / profissional e à inserção deles nas mudanças sociais vividas pelo país. Nesse sentido, corrobora com o que afirma Teixeira e Praxedes (2006, p. 164) ao considerar que,

Nessa relação intersubjetiva de sujeito de pesquisa e pesquisadores, os primeiros emprestam aos oralistas suas vidas e histórias. Uma história polifônica e polissêmica, pois não se trata de buscar uma única versão, mas as significações. Procuram-se as interpretações, os sentidos que os sujeitos atribuem às suas vivências, elas mesmas inscritas na cultura e nos processos sócio-históricos mais amplos em que se inserem.

Na perspectiva trazida por Fonseca (2003) o registro de vida dos professores, engloba suas maneiras de ser e ensinar, “situa-se neste campo movediço em que se cruzam os modos de ser do indivíduo e o mundo social, as instituições e os diferentes atores, grupos e conflitos sociais que fazem parte de suas trajetórias.” (FONSECA, 2003, p. 35).

É nesse contexto que Teixeira e Praxedes (2006), para além de definir a História Oral como método, técnica e fonte, consideram-na também como um “movimento”, um ato pedagógico, um processo educativo, nesse aspecto situa a virtualidade maior da História Oral para a educação. Esse “movimento” está posto no pensamento que flui, nas memórias que elaboram e reelaboram o vivido. A História Oral assume esse caráter pedagógico na medida em que, acionando a memória, permite aos sujeitos resgatar o vivido, ressignificando-o, reinterpretando-o. Nesse processo, há uma produção de conhecimento, que passa por momentos de identificação e de subjetivação, ou seja, por um processo de formação. Dessa forma, os sujeitos elaboram ideias sobre si mesmo, sobre os outros com quem conviveram, sobre suas relações e seus contextos, nesse exercício há uma invenção e reinvenção do sujeito, um pleno processo formativo.

Para Teixeira e Praxedes (2006, p. 162),

Ao narrarem suas vidas, os sujeitos revigoram, significam e ressignificam o que viveram, o que viram, o que ouviram, o que testemunharam, o que protagonizaram, em uma dinâmica em que vão se (re) conhecendo como sujeitos históricos e sujeitos de suas histórias, seus artífices. (...) Aqui reside, inegavelmente, o potencial educativo da História Oral.

Quando esse “movimento” formativo se aplica ao sujeito docente, têm-se uma riqueza interpretativa de ambos os lados: para o pesquisador que recolhe uma vivência única de diversos aspectos educacionais possíveis, tempos, identidades, currículos, práticas, interpretações, significações e visões, resgatando histórias e identidades coletivas, que vão sendo reconstruídas nas entrevistas; para o docente entrevistado, ao vivenciar um processo formativo na medida em que narra, revivendo, reinterpretando, ressignificando suas vivências, revisitando suas inquietações, dificuldades, projetos e sonhos, se formando novamente. O momento da entrevista configura-se, então, como o momento da pausa, do repensar, do buscar memórias não tão latentes, do revelar esquecimentos.

É importante também destacar que as potencialidades da História Oral podem se referir a experiências educacionais que não passam por processos de escolarização formal. Sobre esses aspectos, Stephanou e Bastos (2005, p. 423) consideram,

Podemos ilustrar com diversos exemplos de temas que na História da educação podem ser identificados quase que exclusivamente pelas narrativas da memória. Experiências educativas do movimento dos trabalhadores, saberes socialmente desvalorizados que são transmitidos em grupos familiares ou étnicos minoritários, rebeldias de mulheres que não vão à escola, mas aprendem a ler e escrever, escolas reprimidas, como foram as escolas modernas de inspiração anarquista, entre outros exemplos. Além disso, a história, a partir das memórias, pode auxiliar para que percebamos o impacto de processos de longa duração, como o impacto cultural da escolarização numa determinada comunidade, relativizando os processos de âmbito estritamente político.

Ainda no campo das potencialidades da História Oral, destaca-se o que evidencia François (2006, p. 9) “(...) A história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação (...) como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história”. Nessa relação, o trato do historiador se difere daquele que se relaciona ao dado frio, estatístico, documental, precisa abrir-se a fluidez, as incertezas da memória. Nesse sentido, quando aplicada aos estudos da profissão docente, essa relação, historiador e sujeitos da história, pode vir a suscitar nos professores entrevistados, ou nos sujeitos envolvidos, uma perspectiva emancipadora, de recuperação de memórias reprimidas, silenciadas, desprezadas e, portanto, de redescoberta de pertencimentos e identidades, o que tende a impactar diretamente na relação deles com as formas com que entendem os processos educacionais, as relações de ensino e aprendizagem, sua própria identidade.

Por fim, ressalta-se que o objetivo desse trabalho foi traçar os fundamentos da história oral, procurando evidenciar seus limites, suas fragilidades, mas, sobremaneira suas potencialidades quando aplicadas aos estudos da profissão docente. Nesse ponto mostra-se extremamente profícua a revelar aspectos desse ofício a partir das memórias dos sujeitos envolvidos, o que garante inúmeras alternativas de pesquisa. Os caminhos aqui apontados concordam com o que afirma Delgado (2006, p. 31), ao considerar que,

O maior desafio da história oral, tomando como empréstimo a interpretação de Benjamim (1994) sobre a memória, é contribuir para que as lembranças continuem vivas e atualizadas, não se transformando em exaltação ou crítica pura e simples do que se passou, mas, sim, em meio de vida, em procura permanente de escombros, que possam contribuir para estimular e reativar o diálogo do presente com o passado. (DELGADO, 2006, p. 31)

REFERÊNCIAS

ACEVES LOUZANO, Jorge Eduardo. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In.: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos & Abusos da História Oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. Disponível em http://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf. Acesso em 13 de março de 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História Oral*, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser Professor no Brasil: História Oral de Vida*. 2ª ed. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In.: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos & Abusos da História Oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. PUC São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em 13 de março de 2015.

STEPHANOU, Maria; Bastos, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. In: Stephanou, Maria; Bastos, Maria Helena Camara (Orgs.). *História e memórias da Educação no Brasil*. Vol. III - século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; Praxedes, Vanda Lúcia. História oral e educação: tecendo vínculos e possibilidades pedagógicas. In: Viscardi, Cláudia M. R.; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *História oral: Teoria, educação e Sociedade*. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2006.